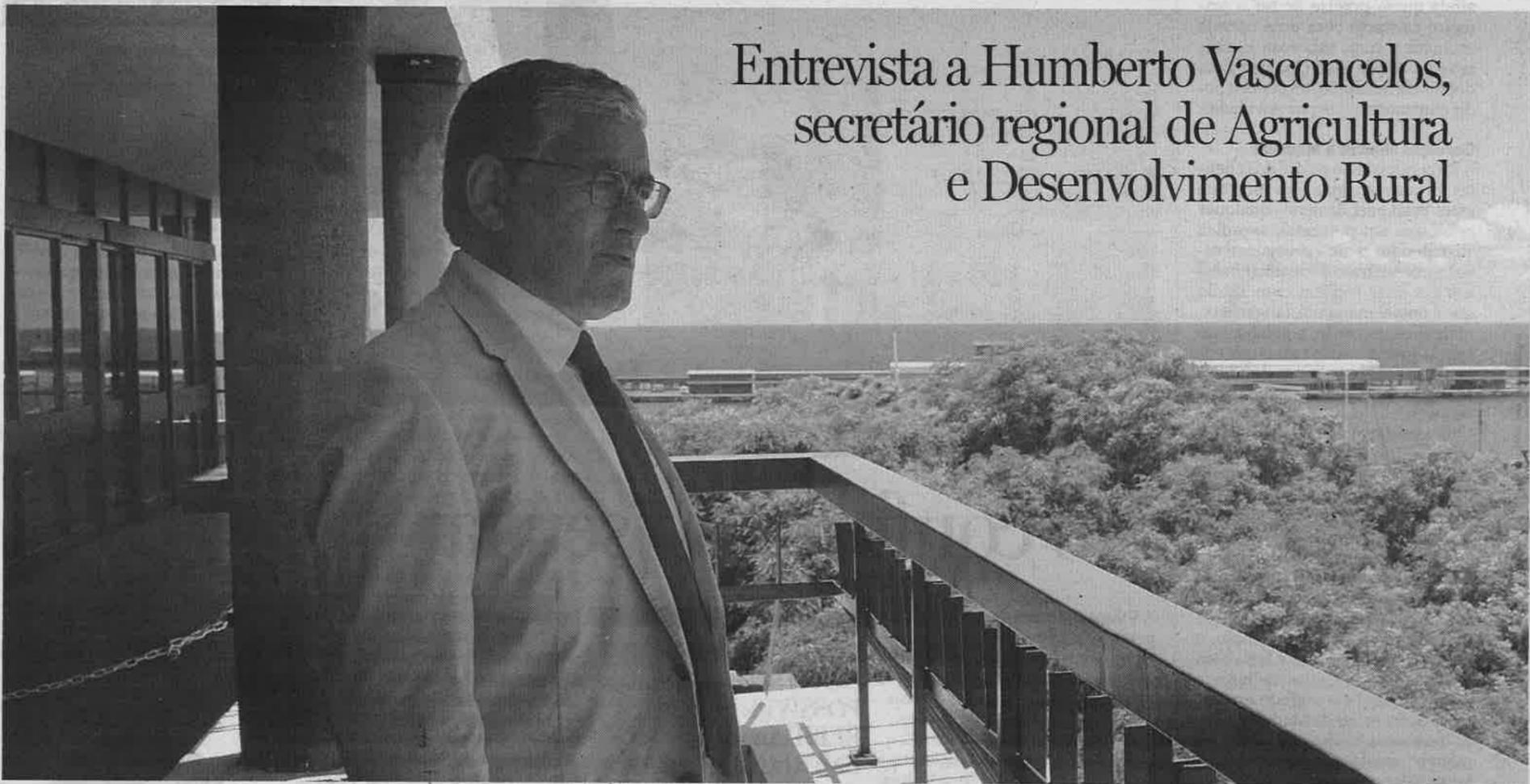


● ENTREVISTA



Entrevista a Humberto Vasconcelos, secretário regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural

“O SECTOR PRIMÁRIO NÃO P NEM PODE PAR

ROBERTO FERREIRA
rferreira@dnoticias.pt

“Estamos a desenvolver todos os esforços para que o sector primário não pare e para que os agricultores não percam a sua actividade, que é de crucial importância para a economia regional”. É uma frase que resume a entrevista que o secretário regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural concedeu ao DIÁRIO, neste novo mundo que agora cerca a actividade agrícola e agro-alimentar.

Humberto Vasconcelos admite que vai ser necessário reforçar ainda mais os apoios públicos à agricultura, alude às medidas que já foram tomadas para tranquilizar o sector e desafia o Governo da República e a União Europeia a serem solidários neste desafio, que obrigou a inesperadas mudanças.

Quase todos os sectores de actividade ficaram reféns da crise provocada pela covid-19. Como tem resistido a agricultura regional? Infelizmente, a 16 de Março a economia da Madeira parou e, naturalmente, o sector primário acabou, também, por ser penalizado, sobretudo pela perda do mercado turístico, uma vez que a hotelaria regional, que consumia e privilegiava os produtos regionais, foi forçada a encerrar portas. Fruto deste impacto inesperado, muitos dos investimentos de grande escala que foram concebidos a pensar num consumidor específico, de repente, ficaram sem compradores e isso obrigou a uma rápida mudança de paradigma e adaptação a tempos difíceis. E neste particular, apesar dos limitados recursos financeiros que o Governo Regional dispõe, conseguimos dar uma resposta imediata aos problemas, quer através do escoamento de produtos, com base na celebração de um protocolo de cooperação com a Associação de Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo, que está a funcionar muito bem, e depois com a introdução de inúmeras medidas que visam salvar a agricultura madeirense.

HUMBERTO VASCONCELOS ADMITE QUE SÃO NECESSÁRIOS MAIS APOIOS PÚBLICOS

E que medidas são essas? Numa primeira fase, tentámos ajudar as fileiras que sentimos que teriam o primeiro impacto negativo, nomeadamente do leite, adquirindo derivados que correspondiam a cerca de 40% da facturação, colocando-os depois ao dispor de instituições de segurança social. No fundo, decidimos que era fundamental ajudar directamente o sector primário regional com a entrega de bons produtos, de extraordinária qualidade, a quem mais precisa. Destaco também a campanha que concretizámos de promoção à aquisição de produtos

regionais, apelando ao consumo do que é nosso, bem como o projecto que está praticamente pronto de apoios ao sector da floricultura, com a aquisição de flores. Não menos importantes são as ajudas, a título de adiantamento, que garantimos para os projectos co-financiados através do PRODERAM 2020, no valor de 3,3 milhões de euros, para além de termos suspenso temporariamente o pagamento de diversas taxas. Gostaria ainda de sublinhar, na área da pecuária, o apoio à alimentação animal, através da aquisição de rações e feno.

Apesar das medidas anunciadas, têm sido feitas críticas ao Governo Regional por não ter enquadrado o sector agrícola na linha de tesouraria que foi criada. Conjuntamente com a Secretaria da Economia, estamos a analisar o alargamento ao sector primário da linha COVID-19, com enqua-



AROU, AR”

dramamento legal e criando condições de acesso às empresas agrícolas. Para já, através da Resolução 152/2020, de 30 de Março, foi concebida, com uma entidade bancária, uma linha de crédito até ao montante máximo de 5 milhões de euros, com juros bonificados a 100% e prazos de amortização adequados às novas contingências, para antecipar o pagamento das ajudas comunitárias a que os beneficiários têm direito neste ano mas cujo pagamento só é efectuado no ano seguinte.

Para além desta linha de crédito específica, numa das primeiras decisões que tomámos, requeremos ao Ministério da Agricultura e ao Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas para fazer chegar à União Europeia um pedido de reforço do POSEI para a Madeira ainda este ano, no valor de 5 milhões de euros, que é fundamental para

apoiar toda a produção. É de crucial importância este reforço para sustentar uma política de manutenção e crescimento agrícola.

Acredita no reequilíbrio e até num possível crescimento da agricultura regional? O sector primário tem-se adaptado bem a esta nova forma de trabalhar para o mercado interno mas tem de continuar a ser ajudado, através da criação de novos canais de distribuição e com apoios públicos para que os produtos cheguem de forma mais rápida ao mercado. Ao longo dos últimos anos, fruto da nossa política, temos incentivado os sectores agrícola e agro-alimentar, de tal forma que as produções têm crescido exponencialmente. Nesta fase vivemos um período muito difícil mas estou em crer que vamos recuperar e que os rendimentos voltarão a ser relevantes, talvez ainda melhores, fruto desta exigência de adaptação a tempos modernos, que também poderão trazer um novo caminho de esperança.

O futuro do sector primário será muito diferente daqui para a frente? O futuro terá de passar pela crescente protecção dos nossos produtos, pelo incentivo ao consumo daquilo que é nosso, que tem a particularidade de ser muito bom. As políticas futuras têm de se centrar ainda mais na valorização daquilo que produzimos, incentivando e financiando os nossos produtores, para que possam produzir cada vez mais e melhor. É esse o caminho que o Governo Regional tem bem traçado, de continuar a ajudar o sector primário a se especializar naqueles produtos que são fundamentais para abastecer a cadeia regional e na criação de uma diversidade de produtos que ajudem a substituir as importações, apesar de estarmos conscientes de que nunca seremos auto-suficientes. O sector primário não parou, não pode parar, mas precisa urgentemente de mais estímulos económicos, de apoios imediatos e de ser defendido.

A agricultura regional também espera por uma solução nacional para dar a volta à crise? Tem de haver por parte do Governo da República uma abertura para que a Região se possa financiar, precisamos que dê uma plena resposta aos pedidos que foram feitos para flexibilizar o acesso a fundos para o sector primário, face à pandemia que vivemos. A banca pode ajudar a financiar mas há empresários agrícolas que não têm essa capacidade e oportunidade, por isso tem de ser o Governo Regional a ajudar. Portanto, se não houver abertura para nos financiarmos, não teremos capacidade para resolver todos os assuntos, nem conseguiremos combater como desejamos o choque que sofremos. Para a resolução dos problemas que nos assistem, são precisos apoios directos para minimizar as perdas que sofreram os diferentes agentes do sector primário. Considero que, com a devida razoabilidade, este não é o momento de nos preocuparmos com défices, te-

EE

O SECTOR PRIMÁRIO PRECISA URGENTEMENTE DE MAIS ESTÍMULOS ECONÓMICOS

O GR PODERÁ INTERVIR E COMPRAR AS UVAS. OS VITICULTORES PODE FICAR DESCANSADOS

mos a responsabilidade de proteger os sectores agrícola e agro-alimentar, que nunca pararam e continuam a mostrar grande resiliência. Aliás, permita-me aqui elevar e enaltecer a capacidade de trabalho, de dedicação e coragem dos nossos agricultores, que continuam a produzir, a abastecer a cadeia de distribuição e a proporcionar alimentos de qualidade a toda a população.

Como estão as exportações dos produtos regionais? Foram muito penalizadas pela pandemia? O mercado da banana continua a desenvolver-se muito bem. Deve-se, em grande parte, à organização regional da empresa pública do sector, a Gesba, que conseguiu garantir não só a aquisição de todo o produto como a sua colocação no mercado. Comparativamente ao ano anterior, neste primeiro trimestre crescemos cerca de 30% em termos de produção, e no difícil mês de Abril conseguimos aumentar 1,6% face a 2019. Portanto, os bananicultores não estão a sentir as dificuldades que outros agricultores sentem. Estão a ser pagos a tempo e horas, para além de que, recordo, receberam há bem pouco tempo um apoio de 742 mil euros de apoios aos factores de produção.

E em relação ao vinho Madeira e aos viticultores, há também dados tão optimistas? Até Março deste ano a exportação de vinho Madeira estava a correr muito bem, dentro da média nos países europeus e em claro crescimento nos países terceiros, como o Japão, China, Bélgica, Suíça e Estados Unidos. Infelizmente, no mês de Abril houve uma quebra muito acentuada nas vendas.

Perante essa quebra, a produção deste ano não está ameaçada? Estamos a conversar com as empresas do sector para saber a quantidade de uvas que pretendem adquirir este ano e se conseguirão absorver

toda produção. Estamos em crer que o sector do vinho, pensando na sua sustentabilidade e na manutenção dos produtores que fornecem a fundamental matéria-prima, vai ter uma acção responsável na aquisição das uvas, pois tem sido apoiado com muitos investimentos de modernização, através de fundos regionais e comunitários. Mas, se tal não for possível, devido a actual conjuntura, numa última análise, o Governo Regional poderá intervir, adquirindo as uvas. Os viticultores podem ficar descansados. Mesmo neste ano muito difícil, vamos garantir o escoamento e o rendimento ao viticultor, através do Instituto do Vinho, Bordado e Artesanato da Madeira.

Os produtores de cana-de-açúcar também estão a passar por dificuldades. Para estes também estão a ser garantidas medidas para travar as quebras de vendas? Neste momento, um pouco mais de 60% da produção já foi adquirida por duas casas e acreditamos que até ao deste mês de maio toda a produção será escoada. Se a aquisição está a correr bem, a comercialização do rum, da aguardente e do mel de cana ficou mais difícil. Por isso, já tomámos medidas para ajudar o sector, nomeadamente as empresas, com o aumento, através do orçamento regional das verbas do POSEI. Estamos a trabalhar no sentido de valorizar as ajudas ao envelhecimento do rum, para que as empresas, quando colorem o produto no mercado recuperado, consigam tirar maiores dividendos desta política.

ALERTA

Covid-19 não se transmite por via alimentar

Durante a entrevista concedida ao DIÁRIO, o secretário regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural fez questão de vincar que “não existe, até ao momento, qualquer tipo de evidência de que as pessoas se possam infectar pelo vírus da covid-19 a partir do consumo de alimentos cozinhados ou crus. “A Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar, a Organização Mundial de Saúde e o próprio Ministério da Agricultura já asseguraram que o novo coronavírus não se transmite por via alimentar. Os madeirenses não devem, portanto, temer o consumo dos nossos produtos. Não é pela comida que as pessoas vão ficar infectadas”, explica Humberto Vasconcelos, que aproveitou o ensejo para apelar ao consumo dos produtos regionais. “Numa altura em que a Madeira vive momentos muito particulares, o sector primário precisa mais do que nunca do apoio de todos os madeirenses. Como já referi, continua a produzir alimentos de grande qualidade e que privilegiam uma boa alimentação”, vincou o governante.



Secretário diz que 'Lisboa' tem de permitir que a Região se financie.